

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO LITORÂNEO EM PERNAMBUCO: ENTRE CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

INGRID K. BARBOSA¹
OTÁVIO A. SANTOS²

ingridklebyane@gmail.com
otavio.augusto@ufrpe.br

RESUMO ABSTRACT

O espaço litorâneo tem sido alvo de um intenso processo de valorização, que remonta desde a incorporação do hábito social dos banhos de mar até a formação de uma cultura de lazer concentrada nas praias. Absorvido pela dinâmica do capital que atua em constante processo de geração de valor mediante a necessidade de acumulação, a produção imobiliária de segundas residências, a urbanização e as atividades de turismo e lazer ao redor das praias vêm criando novas demandas por infraestruturas que possibilitem o consumo desses espaços, o que tem resultado em conflitos de diferentes naturezas. O presente trabalho busca identificar e analisar tais conflitos existentes no litoral de Pernambuco, apontando seus agentes e os fatores que concorrem para seu surgimento, tendo como recurso metodológico o levantamento e a revisão bibliográfica disponível, bem como a classificação e localização geográfica dos conflitos encontrados.

Palavras-chave: Espaço praiano, conflito, urbanização, Pernambuco.

The production of coastal space in Pernambuco: between conflicts and contradictions

The renovated space has been the subject of an intense process of valorisation, from the incorporation of the social habit of bathing in the sea to the formation of a culture of leisure concentrated on the beaches. Absorbing by the dynamics of capital that constantly acts through a second generation energy generation and consumption processing infrastructure, urbanization and tourism activities that meet the needs of tourism and new demands for demands that make these spaces possible, which has resulted in conflicts of different natures. The review will identify and present such conflicts on the coast of Pernambuco, guide its agents on the factors that contribute to their study and have as a methodological resource the survey and available literature, as well as the classification and geographic location of the conflicts found.

Keywords: Beach space, conflict, urbanization, Pernambuco.

¹ Mestranda em Sociologia - Universidade Federal de Pernambuco, UFRPE.

² Prof. Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutor em Desenvolvimento Urbano, UFPE.

A OCUPAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS

espaços litorâneos se deu inicialmente com a incorporação do hábito social dos banhos de mar entre o final do século XIX e início do século XX (SANTOS, 2020a). Vistos inicialmente como medida terapêutica, tais banhos foram disseminados pelas elites nacionais, ajudando a construir uma nova dinâmica social e espacial com a praia e o mar (ARAÚJO, 2006), o que resultou em uma nova sociabilidade.

Tal novidade também ajudou a construir uma imagem positiva das praias, vista desde então como ambiente de lazer e apropriada ao descanso. Isso tornou premente a dotação de infraestruturas e serviços que possibilitasse o seu

desfrute. Assim, de forma acelerada, o ambiente praiano assumiu um papel de destaque na dinâmica das transformações socioespaciais do território, ao mesmo tempo que foi absorvido pela lógica da acumulação de capital.

Caracterizado como um ambiente raro e dotado de qualidades geográficas particulares (MORAES, 1997), o espaço litorâneo passou a receber investimentos públicos e privados, tais como infraestruturas de acesso viário, segundas residências, redes de hotéis e atrações turísticas. Esse movimento se deu em diversas localidades, não se restringindo a qualquer região. Mas é inegável que no Nordeste tenha sido mais evidente.

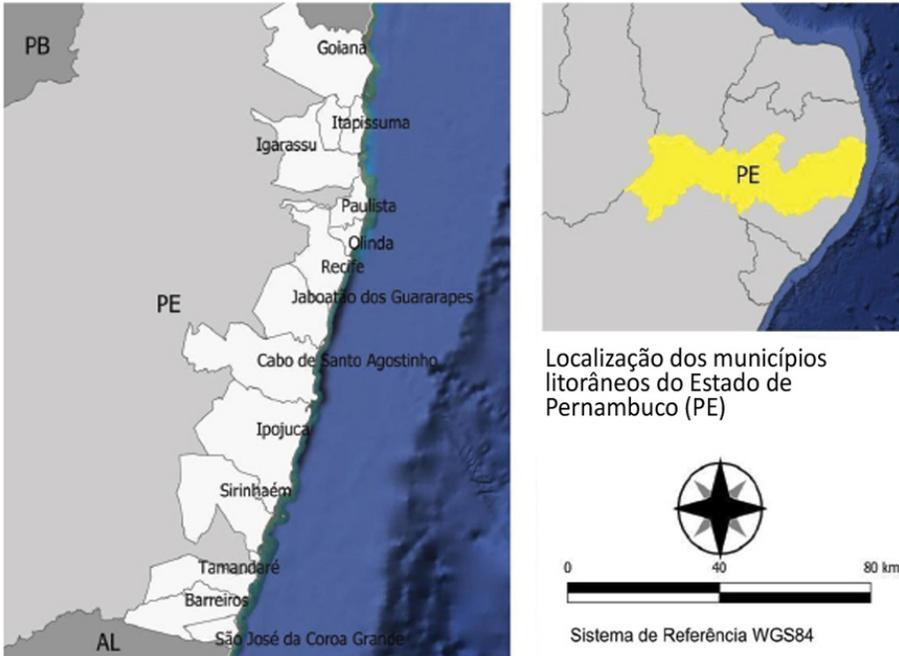
Essas transformações estão calcadas em um esforço de modernização, resultando na constituição de vetores de urbanização e de crescimento metropolitano. Além disso, o espaço litorâneo vem cada vez mais sendo consumido e estruturado a partir de demandas de serviços atrelada ao estabelecimento do turismo (PEREIRA, 2012).

O turismo no litoral brasileiro se desenvolveu como resultado da ação do Estado, mediante a elaboração de programas como o de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR). Tal programa teve por objetivo o direcionamento de recursos para a produção de infraestrutura voltada para o turismo. Pernambuco figurou como um dos Estados que captou uma das maiores quantidades de recursos.

A maior parte dos investimentos ocorreram no sentido de viabilizar o aporte de grandes capitais imobiliários, alguns dos quais de origem internacional, ajudando a construir destinos turísticos e o imaginário social dos “paraísos tropicais”. Tal processo envolveu diferentes agentes e territórios, quase todos atuando organicamente no sentido da privação e valorização espacial, objetivando atender demandas mercadológicas do turismo internacional. Isso tem ocasionado diferentes conflitos, alguns dos quais objeto da pesquisa que por ora apresentamos.

Este trabalho resulta de um esforço de pesquisa que se concentrou em identificar e analisar criticamente os conflitos socioespaciais e as contradições existentes

no espaço litorâneo de Pernambuco (Il. 1). Por conflito socioespacial buscou-se compreender todo tipo de *divergência estabelecida entre dois ou mais agentes em torno do uso de determinados espaços ou dos recursos contidos neles.*



Il. 1: Delimitação da área de estudo

Fonte: COSTA, 2021.

Devido à crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19, os conflitos foram identificados de forma remota por meio de levantamento em diretórios e bases indexadoras de artigos científicos, bem como em banco de teses e dissertações ligados aos programas de pós-graduação brasileiros. As áreas temáticas pesquisadas foram: Geografia, Antropologia, Sociologia, Arquitetura, Turismo e Planejamento Urbano e Regional.

Quanto às categorias de análise, foi definida uma *Tipologia de conflitos*, com base na compreensão de que o “espaço praiano”¹ (principal espaço

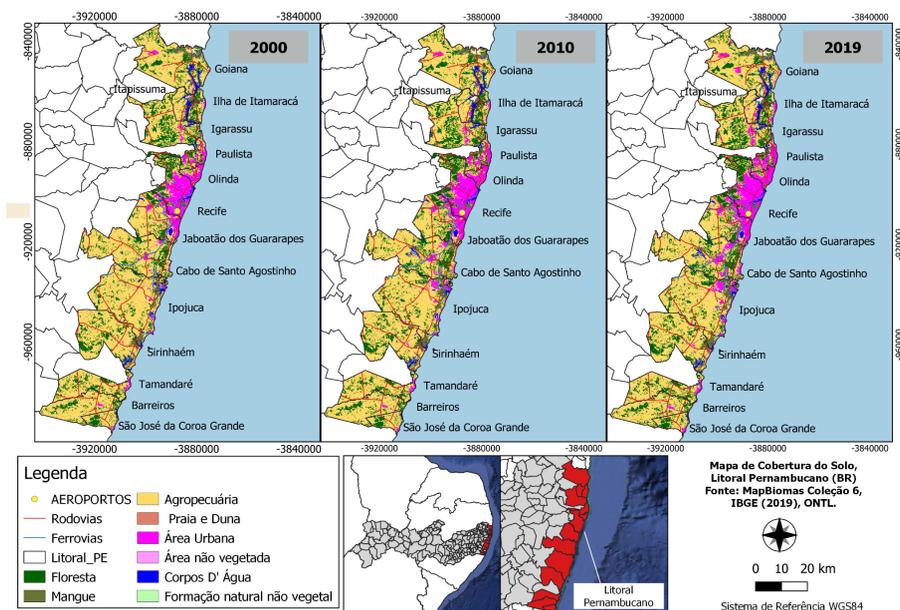
¹ Conforme ponderações apresentadas em Santos (2021), o espaço praiano é aquele que tem no ambiente da praia um vetor para seu processo constituinte (qual seja, de apropriação, valorização e consumo). A confusão muitas vezes feita entre o espaço “praiano” com o “litorâneo” faz com que se generalize o entendimento de processos que deveriam ser vistos como específicos. Da mesma forma, tratar tudo como litorâneo faz com que sejam desconsideradas especificidades essenciais ao entendimento de diferenças, pois o conceito de litoral diz respeito a uma porção territorial muito maior e que comporta muitos elementos e processos.

ou recurso em disputa) se constituiu quanto local de embates entre diversos agentes, dentre os quais se destaca o Estado, os promotores imobiliários, investidores, vilegiaturistas, moradores locais e comunidades tradicionais.

Os respectivos tipos foram criados com a finalidade de mapear quais os conflitos estão mais presentes no espaço litorâneo brasileiro. Essa identificação tem possibilitado apreender não só processos de transformação do espaço, como tem tornado evidente a disputa desigual por sua apropriação.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO LITORÂNEO EM PERNAMBUCO

Com uma extensa faixa de praia, e uma costa de aproximadamente 187 km de extensão, o litoral de Pernambuco tem sido lugar de grandes empreendimentos imobiliários, ao que tem culminado em intenso processo de ocupação do solo e crescimento urbano (Il. 2).



Il. 2: Cobertura do Solo do Litoral de Pernambuco.
 Fonte: CILITUR, 2021.

É possível apreender na tendência acima representada que o crescimento urbano nos municípios litorâneos pernambucanos tem se dado em áreas majoritariamente litorâneas. Esse fenômeno pode ser justificado devido ao fato de que as praias são cada vez mais vetores seja para o processo de urbanização, como para o de crescimento metropolitano (SANTOS, 2020b). Além disso, alguns municípios estão intensificando o seu perfil turístico com a atração de investimentos hoteleiros, como são os casos de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Tamandaré. A praia de Porto de Galinhas, em Ipojuca, atualmente tem sua faixa de praia quase completamente tomada por hotéis e resorts (ANJOS, 2005). Movimento semelhante está sendo observado em Tamandaré (CANDIDO, 2017). No município do Recife, a dinâmica de turistificação segue mantendo a sua intensa atuação. Hoje, suas praias já se encontram inteiramente urbanizadas e vêm seguindo a tendência de forte verticalização (SANTOS, 2020b).

O espaço praiano segue mantendo sua dinâmica de valorização vertiginosa, ainda mais diante do quadro de financeirização da atividade turística, que tem recebido vultosos capitais nacionais e internacionais, muitas vezes na promoção de novos lugares turísticos e de lazer ao longo do litoral, mas distantes dos grandes centros. A constituição de novas propostas turísticas e imobiliárias em espaços afastados dos núcleos metropolitanos passou a compor a atual dinâmica de apropriação do espaço praiano de Pernambuco. A paisagem vai se diferenciando ao longo do litoral, desde o núcleo metropolitano, passando por sua periferia, até as áreas não-metropolitanas. Percebe-se uma primeira área de forte densidade populacional e verticalização consolidada que marcam toda paisagem urbana ao redor das praias do Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Depois uma área de expansão dessa malha urbana densamente povoada ao longo do litoral, dando fortes indícios de verticalização, como em localidades ao redor das praias de Paulista e Cabo de Santo Agostinho. E, por fim, tem-se outras localidades que se constituíram como destinos turísticos e onde se tem visto um forte crescimento urbano. Essas localidades ainda se desenvolvem em forte relação com o núcleo metropolitano, tendo em vista ser este um centro de recepção e dispersão dos fluxos nacionais e internacionais, sejam de capitais ou de turistas.

Entre as novas propostas turísticas e imobiliárias afastadas do núcleo encontram-se os chamados Complexos ou Empreendimentos Turístico-imobiliários (CIRSs ou ETIs). Este tipo de empreendimento geralmente surge a partir de uma associação entre Resorts e segundas residências, promovidos por grandes construtoras.

Esse tipo de complexo geralmente possui um empreendimento âncora, geralmente um hotel, que oferece serviços de alimentação, spa e boutiques (BARBOSA, 2016). Em Pernambuco os ETIs Reserva do Paiva, Nannai *Resort & Spa*, Marulhos Resort, Beach Class, Resort Muro Alto pertencem a grandes proprietários imobiliários ou grandes grupos de investimento, tais como o Grupo Ricardo Brennand, o Grupo Cornélio Brennand, Meira Lins Hoteis LTDA, Frederico Loyo e Atlantica Hotels International Brasil LTDA.

A sua constituição e consolidação acaba por produzir espaços privados e essencialmente excludentes, o que tende a ocasionar uma intensa elitização do espaço praiano, resultado de um processo de valorização desigual e fragmentado. Santos (2020c) explica que a fragmentação é consequência de uma valorização e de um consumo do espaço em que os grupos sociais tendem a se auto segregar em enclaves, minando a possibilidade do encontro e do espaço público. Os ETIs, portanto, contribuem para esse estado de coisas, na medida em que encerra entre seus muros um conjunto de atividades e pessoas, não importando a relação estabelecida entre os enclaves e seu entorno.

A CONTRIBUIÇÃO DO PRODETUR PARA URBANIZAÇÃO TURÍSTICA E OS CONFLITOS RELACIONADOS

A vertiginosa ocupação do litoral de Pernambuco também está ligada a políticas de desenvolvimento econômico fomentadas pelo Estado no final do século XX, que contribuiu para inserção deste Estado (e de outros do Nordeste) na dinâmica de valorização do espaço praiano com a transformação das capitais (Recife, Salvador, Fortaleza e Natal) em pontos de recepção de fluxo turístico. Pernambuco também está inserido no imaginário social de um Nordeste como uma “região de vocação turística”, resultado da estetização de seus belos “paraísos tropicais” (DANTAS, 2020).

A principal política voltada para o desenvolvimento nesta região foi o PRODETUR-NE. Criado em 1992, este programa foi dividido em duas fases, tendo recebido apoio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), mas com financiamento do Banco do Nordeste (BN).

O PRODETUR-I se concentrou em ações de investimentos em infraestrutura urbana como o melhoramento da rede de esgoto, abastecimento de água e rodovias a nível regional. Também forneceu serviços de apoio na administração pública, por meio de fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais, construindo um ambiente captador de novos investimentos. Na Tabela 1 é possível observar os recursos que foram direcionados inicialmente para implementação dos projetos nos estados.

Tabela 1 - Investimentos do PRODETUR-NE I

UF	TOTAL DE RECURSOS
Bahia	139,06 Milhões
Ceará	88,339 Milhões
Pernambuco	30,763 Milhões
Rio Grande do Norte	22,333 Milhões

Fonte: PEREIRA, DANTAS e GOMES, 2016.

Pernambuco ficou entre os estados nordestino que recebeu as maiores somas de recursos para serem investidos em obras de saneamento básico, construção e melhoramento de aeroportos, bem como vias primárias e secundárias, a fim de tornar mais acessível às localidades turísticas:

Tabela 2 - PRODETUR I: investimentos no melhoramento dos aeroportos e do sistema sanitário

UF	Investimento em Aeroporto	Investimento em Sistema Sanitário
Bahia	105.084.218,89	46.617.830,00
Pernambuco	3.104.380,43	9.784.867,39
Rio Grande do Norte	20.180.612,56	5.675.622,16
Ceará	73.187.239,58	31.641.130,85

Fonte: Dantas, 2010.

Os recursos investidos ajudaram a estabelecer uma lógica de organização espacial próximo ao espaço praiano que resultou no processo gradativo de transformação do litoral, com a produção inicial de empreendimentos hoteleiros e aparelhos de lazer, que tornou a praia uma mercadoria nobre. Em 2007 foi iniciada a sua segunda fase, em que o foco estava no fortalecimento de órgãos municipais ligada à promoção do turismo, fomentando parcerias entre os setores público e privado, além da oferta de cursos de capacitação.

Tabela 3 - Investimentos do PRODETUR-NE II

UF	Valor
Pernambuco	75 milhões
Ceará	60 milhões
Bahia	39 milhões
Rio Grande do Norte	21,3 milhões

Fonte: DANTAS, 2010.

Pernambuco recebeu a maior soma de investimentos desta segunda fase, o que fez intensificar a dinâmica já estabelecida de forte valorização. Algumas obras realizadas com esses recursos foram a do Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário em Tamandaré; Elaboração do projeto de Sinalização Turística do Polo Costa dos Arrecifes e Implantação e Pavimentação de Ciclovias; e, por fim, a construção da Pista de Cooper e Interseções na Rod PE 009 – N. Sra. do Ó/Porto de Galinhas.

São notáveis as transformações ocasionadas pelo PRODETUR-NE no litoral Pernambucano. Todavia, cabe ressaltar que este programa também representa o processo de racionalização e gerenciamento do espaço praiano realizado pelo Estado, promovendo uma lógica de fragmentação com a contração de investimento privados. Por isso, uma das problemáticas observadas na implementação do programa foi o benefício dado à iniciativa privada por meio de investimentos públicos. Um outro problema tem sido o aumento do preço do solo, que transformou o espaço litorâneo em uma mercadoria rara, o que resultou também na expulsão de comunidades pré-existentes.

Esse cenário culminou no fortalecimento dos agentes ligados ao mercado imobiliário no processo de produção do espaço praiano, ao que tem reforçado contextos de segregação e criado fragmentação. Esses agentes adequaram determinadas localidades para atender a um consumo específico das praias, gerando uma artificialização do espaço, não importando a natureza e as culturas existentes.

CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO LITORAL DE PERNAMBUCO

Neste item apresentamos de forma sucinta os conflitos encontrados a partir do levantamento bibliográfico realizado. Conforme exposto, não foi possível realizar visitas in loco devido a crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19. Assim, o trabalho limitou-se a identificar os conflitos com base na produção científica disponível.

Foram identificados sete trabalhos (Tabela 4) acadêmicos relacionados a conflitos socioespaciais decorrentes da implementação e funcionamento de atividades relacionadas ao turismo e ao lazer.

Entre os primeiros conflitos a serem expostos estão os que se encontram localizados na Ilha de Fernando de Noronha, arquipélago situado 545 km de Recife (PE), 360 km de Natal (RN) e 710 km de Fortaleza (CE). Em seu processo de ocupação, a região já foi sede de um presídio e teve uma forte presença de militares. Um dos mais belos atrativos turísticos do Estado teve o seu primeiro hotel construído em 1965, com cinquenta apartamentos e

cento e vinte leitões, tornando-se efetivamente meio de hospedagem em 1969 (CORDEIRO, 2016; CORDEIRO e GOMES, 2016).

Tabela 4 - Conflitos encontrados em Pernambuco

LOCAL	QUANTIDADE
Fernando de Noronha	1
Ilha de Itamaracá	1
Porto de Galinhas	3
Tamandaré	2

Fonte: os Autores, 2021

O seu “povoamento” se deu inicialmente por famílias nucleares trazidas por militares para trabalhar em funções básicas, como agricultura e pesca (os atuais ilhéus). O perfil de ocupação se transformou à medida que a ilha passou a desempenhar forte atrativo turístico. O Estado também deixou de fornecer assistência aos ilhéus, o que induziu a necessidade de se integrarem na economia local, especialmente nas atividades turísticas.

Há um forte controle sobre o uso da terra e a construção de imóveis na ilha. Inicialmente, as licenças só eram dadas aos ilhéus, o que lhes dava a segurança de poder explorar economicamente o território. Todavia, esse cenário passou a se transformar com o aumento da atividade turística e com a ação de investidores externos representados por empresários que passaram a ter o direito de residente temporário (CORDEIRO, 2016).

Além disso, outras formas de hospedagem foram se estabelecendo, em que os ilhéus passaram a arrendar parte de seus próprios imóveis. Muitas vezes, todo o imóvel é arrendado, e os moradores se dirigem a localidades mais precárias. Essas práticas têm contribuído a uma espécie de gentrificação, levando os moradores locais a ocuparem áreas escassas de infraestrutura. Cabe destacar que um dos maiores fatores disso tem sido o Estado, cuja ação tem se dado no sentido de facilitar o acesso de empresários a terras para construção de pousadas e hotéis.

O que se percebe na dinâmica da produção do espaço em Fernando de Noronha é que a mesma não pode ser adequadamente compreendida sem que se recorra à relação entre poderes e favores. Segundo um entrevistado, para certas (grandes) pousadas, os alvarás de funcionamento são dados mais como retribuição a um favor prestado do que como o resultado de um trâmite legal pelo qual todos deveriam passar (CORDEIRO, 2016, p. 161).

Diante desse cenário, vários ilhéus deixaram para trás o seu vínculo com o espaço da ilha, transformando sua dinâmica social e desencadeando processos de privação, em que o objetivo é a garantia da acumulação capitalista.

Na ilha de Itamaracá foi identificado como uma das maiores problemáticas a ausência de infraestrutura e gerenciamento do uso do solo local sobretudo em área de praia, o que tornou possível avanço do setor imobiliário e desencadeou uma forte densidade de construção no espaço litorâneo e uma forte poluição visual (CANDIDO, 2017).

Um outro problema existente na localidade é a poluição ambiental ocasionada pelo acúmulo de lixo descartado pelos turistas, sobretudo nas áreas das praias. Como resultado, temos danos à fauna e à flora local, além de problemas do solo, que afetam a qualidade de vida da população local. Essa situação é resultado da ausência de lixeira nos espaços públicos de grande atração turística, refletindo a ineficiência da gestão municipal.

[...] o turismo acontece na ilha de forma não condizente com paradigmas da sustentabilidade, refletidos pela má gestão e pela falta de infraestrutura que se destacam na colaboração do quadro caótico do destino, onde não há melhoria do bem-estar da comunidade nem preocupação com o meio ambiente, além de um fraco desempenho econômico mesmo diante das riquezas naturais e culturais. (CANDIDO, 2017, p. 74).

Entre outros conflitos localizados na ilha de Itamaracá estão aqueles provocados pelas segundas residências, que, segundo Candido (2017) tem

afetado de modo negativo a economia local, uma vez que os turistas preferem alugar de terceiros ao invés de desfrutarem dos meios de hospedagem local. Isso, segundo avaliação do autor, tem impactado diretamente na oferta de emprego e no desenvolvimento do município.

Alguns outros conflitos foram identificados em Porto de Galinhas, no município de Ipojuca. Caracterizado como uma localidade essencialmente voltada para o turismo, as problemáticas que atingem o município são a ausência de regularização sobre as licenças de construção e falta de controle sobre o uso e ocupação do solo. Percebe-se a invasão de áreas ambientalmente frágeis promovidas sobretudo por agentes imobiliários, que passam a ocupar de forma desordenada a faixa litorânea, principalmente áreas estuarinas (FRANÇA, 2007). Trata-se de herança de uma ocupação inicialmente realizada de forma desordenada, tendo em vista que os loteamentos se deram sem muito controle. Esse contexto resultou na produção de conflitos por espaços estratégicos e uma ocupação vertiginosa, que não poupou sequer os espaços públicos. Observamos, desse modo, que:

A transformação de Porto de Galinhas teve como uma das consequências a valorização imobiliária da área e consequentemente, a necessidade de aproveitar cada vez mais os espaços, gerando uma ocupação, no núcleo central, de média a alta intensidade. Com a valorização principalmente das áreas à beira mar, a partir da pressão imobiliária exercida, identificou-se ao longo desse processo, a ocupação progressiva dessa área [...]. Estes avanços tem ocasionado um processo de erosão acentuada em vários trechos do litoral [...] (ANJOS, 2005, 141).

Sua paisagem atualmente é caracterizada com a forte presença de meios de hospedagem que a torna uma região de forte atração de turistas. Como consequência desse processo está o acúmulo de lixo tanto nas praias como no mar devido ao descarte inadequado do lixo realizado pelos turistas, que afeta diretamente a população residente ao resultar na formação de um ambiente contaminado.

Outro impacto decorrente das atividades turísticas é a transformação dos costumes tradicionais, como a pesca, que resulta na modificação da identidade dos indivíduos. A população é levada a se adequar à nova demanda local gerada pelo turismo, seja no fornecimento de serviço ou na construção de ambientes específicos, comunidades vão perdendo também suas identidades e a relações com o espaço que ocupam.

Em Porto de Galinhas os conflitos decorrentes da atividade turística tornam-se evidentes no significativo impacto sócio-cultural na localidade que, até a chegada do turismo era um lugar sossegado, cuja população ativa trabalhava predominantemente no setor primário (agricultura e pesca)(FRANÇA, 2007, p. 124.)

Essa realidade nos leva a um outro conflito estabelecido entre ambulantes e os empreendimentos formais. Os proprietários de estabelecimentos como restaurantes e áreas próximas a hotéis reclamam do acesso dos trabalhos a esses espaços, com o discurso de que eles atuam como poluidores da região, impactando na imagem da cidade e impedindo o desfrute dos turistas (BRANDÃO, 2013).

Por fim, o último conflito identificado está localizado em Tamandaré que se constitui entre agentes privados e públicos na implementação do espaço sobretudo na praia dos carneiros, cujo atrito se expressa por meio do uso e ocupação do solo frente ao controle e respeito às delimitações legais, o que reflete conseqüentemente na vida das populações locais que o direito e controle do espaço o fogem das mãos (FIRMINO, 2006).

Esse cenário culmina no processo de privação dos espaços praianos tornando-os inacessíveis ao público em conjunto com a problemática dos impactos ambientais ocasionados nessa área, com a construção dos grandes empreendimentos hoteleiros trazendo para ação as grandes organizações privadas e organismos internacionais de desenvolvimento (LIMA, 2006). A construção dessa realidade implica na produção de um espaço verticalizado, disputado pelos pequenos proprietários que reivindica a manutenção da sua ocupação frente aos grandes capitais nacionais e internacionais.

É possível observar que a atividade do turismo modifica as diversas realidades, com a transformação do espaço e ressignificação das relações sociais, além de afetar diretamente as condições ambientais. Todavia, sua atuação parte de um conjunto de agentes que atuam sobre esse espaço praiano, impondo suas vontades e formas de apropriação, o que resulta em diversas formas de conflito, como é possível observar no Quadro 1

Podemos observar a localização de cinco conflitos com maior repetição na região de Porto de Galinhas, onde os agentes centrais de formação de conflito se dão por meio da ação dos turistas e da população residente. Isso é devido às diferentes formas de uso desse espaço para a recepção desse público que perpassa questões estruturais e sociais a fim de tornar as localidades mais atrativas e propícias para o consumo, o que influencia diretamente a realidade e a dinâmica da população que se encontrava estabelecida nas regiões litorâneas. Esse contexto se repete nas demais regiões, seja com as mesmas roupas ou através de novas ações, mas que não se desassocia da condição transformadora que o turismo impõe ao espaço praiano.

Quadro 1 - Locais e agentes envolvidos nos conflitos/PE

MUNICÍPIO	AGENTES ENVOLVIDOS	TIPO DE CONFLITO
Porto de galinhas Ipojuca	<ul style="list-style-type: none"> • População residente • Agentes imobiliários • turistas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Turismo 2. poluição ambiental (lixo); 3. Turismo 4. Práticas tradicionais 5. Turismo 6. Mercado imobiliário de segundas residências
Porto de galinhas Ipojuca	<ul style="list-style-type: none"> • Estado • turista • população • residente 	
Porto de Galinhas (PE)	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores informais • Estabelecimentos formais • População local • Turistas. 	

Fernando de Noronha	<ul style="list-style-type: none"> • Estado • Ilhéus • Investidores externos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Turismo 2. Mercado imobiliário de segundas residências
Ilha de Itamaracá	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura • População residente • Turistas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Turismo 2. Práticas tradicionais; Turismo 3. Mercado imobiliário de segundas residências; 4. Turismo 5. lazer 6. poluição ambiental (lixo)
Tamandaré	<ul style="list-style-type: none"> • Poder público (Federal e Estadual) • Agentes privados • Proprietários locais • Capital internacional 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Turismo 2. Mercado imobiliário de segundas residências
Tamandaré	<ul style="list-style-type: none"> • mercado imobiliário; • população local 	

Fonte: Elaboração Própria, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação e valorização do espaço praiano está atrelado à cultura de lazer desenvolvida com a naturalização dos banhos bar. Como fruto desse processo o espaço praiano se tornou a representação da modernização dos costumes citadinos e logo se consolidou como vetor do desenvolvimento urbano. A urbanização e as atividades de turismo/lazer ao redor das praias vêm fabricando novas demandas por infraestruturas que tornem possível o consumo desses espaços, o que tem resultado em conflitos de diferentes naturezas.

Esse cenário se consolida com a produção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo como o PRODETUR-NE, que investiu em obras de embelezamento e infraestruturas das cidades litorâneas com a finalidade tornar as metrópoles mais acessíveis e consequentemente facilitar o fluxo

do turismo em conjunto com a ampliação dos laços da relação entre público e privado que culminou em uma modificação vertiginosa do espaço praiano que passa ser representado pela produção de meios de hospedagem e segundas residências.

Como fruto desse processo, Pernambuco se torna uma região de forte expressão turística com o espaço praiano tomado pela ampla atuação do mercado imobiliário que detém o controle da ocupação e parcelamento do espaço praiano cujo resultado é uma orla verticalizada e privatizada. Alvo dos investimentos do PRODETUR-NE, o estado direcionou os recursos para o embelezamento da cidade e ampliação das suas vias de acesso cujo resultado foi a intensificação da verticalização e privatização dos seus espaços praianos. Todavia, esse cenário se estabelece como representação do processo de racionalização e gerenciamento do espaço praiano realizado pelo Estado e os agentes imobiliários ao construir uma lógica de fragmentação via privatização e apropriação das praias, que tem como resultado a formação de espaços privados e essencialmente excludentes.

Essa realidade é apreendida na Praia de Porto de Galinhas, Fernando de Noronha, Itamaracá e Tamandaré, cujo cenário se desenha mediante a atuação central dos agentes privados, que em graus e contextos distintos devido a formação singular de cada região, atuam como causador de contextos de segregação e expulsão, assim como desencadeia diversas tensões nos espaços praianos. Em conjunto com a ação dos turistas que modificam a dinâmica social das populações locais e desencadeia diversos impactos no meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria. TURISMO E OS NOVOS TERRITÓRIOS NO LITORAL CEARENSE In: Rodrigues, Adyr (Org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoque regionais*. São Paulo: Hucitec, 1999. (p. 184-191).

ARAÚJO, Rita de Cássia. A vida ao ar livre: os banhos de rio, de mar e de sol In: *CLIO – Revista de Pesquisa História*, nº. 24, 2006. (p. 155-184).

ANJOS, Kainara. *Turismo em cidades litorâneas e seus impactos ambientais urbanos: o caso porto de galinhas*. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CORDEIRO, Itamar; GOMES, Edivânia. A dinâmica da produção do espaço pelo turismo em Fernando de Noronha (Pernambuco/Brasil) e suas consequências *In: Revista turismo y desarrollo local*, nº. 20, 2016. (p. 164-181).

BRANDÃO, Paulo. *Território do turismo, território de todos?* Um estudo comparado sobre a urbanização e formação de territórios em balneários turísticos no Nordeste do Brasil. Tese (Doutorado em geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

CORDEIRO, Itamar. *O turismo no processo de (re)produção de espaços insulares pela acumulação por despossessão*. Tese (Doutorado em geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CANDIDO, Jefferson. *Turismo e impactos socioambientais: uma proposta de gestão pública sobre o prisma da sustentabilidade para a Ilha de Itamaracá-Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

DANTAS, E. W. C. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no nordeste Brasileiro *In: GEOUSP - Espaço e tempo*. São Paulo, nº. 22, 2007. (p. 9-30).

DANTAS, Eustógio. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro (1995 a 2005); PRODETUR-NE, O Divisor de águas *In: FERREIRA, Angela e CLEMENTINO, Maria (Org.). Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. (p. 35-55).

FRANÇA, Ana. *Turismo em Porto de Galinha-PE: políticas de desenvolvimento e os desafios da sustentabilidade*. Dissertação (Mestrado em gestão em políticas ambientais). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FIRMINO, Fabiana. *Dinâmica do turismo na zona costeira nordestina: questões conflitantes do desenvolvimento turístico da praia dos carneiros (TAMANDARÉ/PE)*. Dissertação ((Mestrado em gestão em políticas ambientais). Universidade Federal de Pernambuco), Recife, 2006.

LIMA, Clarice. *Dinâmica do turismo na zona costeira nordestina: questões conflitantes do desenvolvimento turístico da praia dos carneiros (TAMANDARÉ/PE)*. Dissertação (Mestrado em geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MORAES, A. C. R. Beira do Mar, Lugar Comum? A valorização e a Valorização dos Espaços Litorâneos *In: Paisagens Ambientais: ensaios*, São Paulo, nº. 10, dez. 1997. (p. 51-69).

PEREIRA, A. Q. Das cidades às metrópoles litorâneas: o papel da vilegiatura marítima moderna no Nordeste do Brasil. *GEOUSP- Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 31, 2012. (p. 5-15).

RODRIGUES, Adyr. Percalços do planejamento turístico: o PRODETUR-NE *In: _____ (Org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoque regionais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. (p. 147-162).

SANTOS, O. A. A. Da incorporação dos banhos salgados de mar à balnearização das praias do Recife: um “período denso” na produção do espaço praiano *In: GEOUSP - Espaço e Tempo*, nº. 1, 2020a. (p. 13-35).

_____. Os vetores praianos na produção do espaço metropolitano do Recife *In: Movimentos sociais e dinâmicas espaciais*, nº. 2, 2020b

_____. *A fragmentação do espaço no Recife*. Recife: UFRPE, 2020c.

_____. As praias pedem passagem: prelúdio da produção do espaço praiano do Recife (1840-1950) *In: PONTES, B. M. S; CASTILHO, C. J. M (Org). Cidades históricas do Nordeste brasileiro. Recife*. UFPE, 2021. (p. 86-112).